

**XIX** encontro nacional  
de pesquisa em  
ENANCIB ciência da informação

// SUJEITO INFORMACIONAL E AS  
PERSPECTIVAS ATUAIS EM CIÊNCIA  
DA INFORMAÇÃO. //

**22-26**  
**OUTUBRO**  
**2018**  
LONDRINA/PR



**XIX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2018**

**GT-10 - INFORMAÇÃO E MEMÓRIA**

**A REPRESENTAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL: O ARQUIVO DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

**Emília Eulina Pereira de Souza (Universidade Federal da Paraíba - UFPB)**

**Maria Cleide Rodrigues Bernardino (Universidade Federal do Cariri - UFCA)**

***THE REPRESENTATION OF THE INSTITUTIONAL MEMORY: THE ARCHIVE OF THE HEALTH SCIENCES CENTER OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF PARAÍBA***

**Modalidade da Apresentação: Comunicação Oral**

**Resumo:** O artigo discute sobre o arquivo do repositório de memória institucional do Centro de Ciências da Saúde (CCS), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), entre os anos de 1976 e 2000, cujo objetivo geral é analisar a memória institucional representada no arquivo dessa unidade. Realizou-se a coleta de dados no arquivo e, posteriormente, foi feita uma análise qualitativa dos documentos, por meio das evidências contidas em documentos arquivísticos. Os resultados obtidos permitiram entender como tudo começou e se desenvolveu, desde a gestão institucional até as configurações políticas do Brasil na época. A memória encontrada no arquivo institucional do CCS/UFPB reflete a importância de atender a um vazio informacional (lacuna), por meio da recuperação de uma memória presente nos suportes da informação neste local debruçada.

**Palavras-Chave:** Informação; Memória Institucional; Arquivo.

**Abstract:** The article discusses the Centro de Ciências da Saúde (CCS) institutional memory repository's archive, at the Federal University of Paraíba (UFPB), between the years of 1976 and 2000, aiming the general objective of analyzing the institutional memory represented by this unit archive. Data was collected from the archive and, afterward, a qualitative analysis of the documents was done through the evidences held in the archival documents. The results allowed the understanding of how the archive started and developed, from the institution management to Brazil's political configurations at the time. The memory found at the CCS/UFPB's institutional archive reflects the importance of attending to an informational void (gap) by the retrieval of the memory present in the informational media in that place.

**Keywords:** Information; Institutional Memory; Archive.

## **1 INTRODUÇÃO**

Em um contexto de profundas mudanças individuais e coletivas para povos, culturas e nações modernas, o fenômeno da informação parece guiar dos desejos às condutas, das ações às realizações, dos sonhos aos sucessos, das (in)satisfações subjetivas às grandes necessidades humanas.

Isso significa dizer que, cotidianamente, fazemos uso da informação como um germe vivo, para encaminharmos a vida em suas diversas expressões, sensações e projeções no seio dos processos comunicativos (relações sociais). A informação, por esse entendimento, caracteriza-se pela maneira com a qual o indivíduo enxerga o mundo, as formas de pensar e de agir. Está presente nas criações, transformações, manutenções sobre as quais o comportamento humano se situa diante das circunstâncias da vida: das simples dúvidas à formulação de mais complexas questões que podem resultar em grandes necessidades de informação.

O objetivo desta investigação é destacar a memória institucional do Centro de Ciências da Saúde (CCS) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), entre os anos de 1976 e 2000, que está representada no arquivo dessa unidade. Esta pesquisa pretende emergir toda a informação que estava esquecida, proporcionando um momento de conhecimento do passado e de sua trajetória até chegar ao presente momento de vivenciar a situação de significação de recuperação de uma memória institucional, construindo uma representação na cognição do indivíduo.

Este trabalho delinea o caminho de entender o que é informação, estudando o conceito de autores da área, como também busca entender o conceito, importância e significação de memória para a nossa vida em sociedade. Ainda na celeuma sobre memória, destaca-se a memória institucional como dispositivo de armazenagem de documentos que comprovaram e testemunharam uma época, uma gestão administrativa de um determinado período.

## **2 INFORMAÇÃO E REPRESENTAÇÃO, O SENTIDO DA MEMÓRIA**

A informação, mais do que nunca, tornou-se algo extremamente importante para a sociedade, pois se apresenta como o fenômeno de comunicação que atinge os mais diferentes tipos de pessoas, englobando as diversas classes sociais, faixas etárias, grau de escolaridade e identidades culturais. Isso permite que a mensagem transmitida e recebida promova a

participação da sociedade, seja de forma tradicional ou através das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs). Nesse sentido, adota-se o seguinte conceito de informação:

Informação é o que é informativo para uma determinada pessoa. O que é informativo depende das necessidades interpretativas e habilidades do indivíduo (embora estas sejam frequentemente compartilhadas com membros de uma mesma comunidade do discurso) (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 155).

Nessa lógica, a definição do termo deve estar relacionada com a prática e a realidade. A informação pode ser entendida como conteúdo de um documento que atende aos vazios da cognição, em que é atribuído um sentido comum sobre o uso que é dado, funcionando como um canal de comunicação entre o emissor e o receptor. Para Le Coadic (2004, p. 4),

Informação é um conhecimento inscrito (registrado) em forma escrita (impressa ou digital), oral ou audiovisual, em um suporte. A informação comporta um elemento de sentido. É um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espacial-temporal.

Manifesta-se, então, a necessidade de se guardar os registros das ações, ideias, normas, entre outros, com o objetivo de preservar a informação, atribuindo-lhes valor de prova ou de testemunho e, principalmente, recuperar uma memória. Assim, justificando o surgimento do arquivo como repositório de memória que pode estar registrado nos mais variados tipos de suportes, como a pedra, a argila, o papiro, o papel, e, atualmente, os suportes tecnológicos.

A guarda da informação proporciona recuperar memória, aproximando-se de fatos, circunstâncias, eventos, criações, situações, estudos, experiências, culturas que ficaram no passado e que ajudam a compreender o presente. A memória é a conexão que permite reviver, ou melhor, desenterrar, ascender o que estava esquecido. Afirma-se esse pensamento com Benjamin (1994, p. 239) quando diz que a memória

não é um instrumento para exploração do passado; é, antes, o meio. É o meio onde se deu a vivência, assim como o solo é o meio no qual as antigas cidades estão soterradas. Quem pretende se aproximar do próprio passado soterrado deve agir como um homem que escava. Antes de tudo, não deve temer voltar sempre ao mesmo fato, espalhá-lo como se espalha a terra, revolvê-lo como se revolve o solo. Pois, “fatos” nada são além das camadas que apenas à exploração mais cuidadosa entregam aquilo que recompensa a escavação. Ou seja, as imagens que, desprendidas de todas as conexões mais primitivas, ficam como preciosidades nos sóbrios aposentos de nosso entendimento tardio, igual a torsos na galeria do colecionador.

Os artefatos carregados de informação ficam armazenados nos arquivos, que portam consigo a difícil missão de preservar a memória que habita os mais diferentes suportes de informação, contemplam os diversos aspectos administrativos, legal, científico, cultural, tecnológico etc., relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística. Assim, como expressa Nora (1993, p. 22):

[...] lugares mistos, híbridos e mutantes, intimamente enlaçados de vida e de morte, de tempo e de eternidade; numa espiral do coletivo e do individual, do prosaico e do sagrado, do imóvel e do móvel. [...] enrolados sobre si mesmos. Porque, se é verdade que a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações.

Memória, no panorama dessa discussão, configura-se como um dispositivo de significação estruturado e modificado pelos indivíduos nas relações com a sociedade e que não está ausente a um passado que em extensões variadas se relaciona com o presente para uma pressentida representação. A representação, nessa circunstância, seria a forma de comunicação de uma memória deslocada de um determinado suporte material que proporcione seu significado.

Portanto, o entendimento de memória não pode se restringir somente à noção de lembrança e esquecimento, nem tampouco ser revelada por um exclusivo modo de representação. O objeto da memória se compõe das práticas individuais e coletivas que se modificam no trajeto em que a coletividade procura representar sua memória cultural, dependente do contexto histórico e sociocultural. É nessa linha que este trabalho se apoia em mais uma concepção de memória:

Nas quais experiências anteriores relampejam e fazem surgir novas evidências, perigosas para o presente. Elas iluminam, por momentos, com luz deslumbrante e crua, a questionabilidade daquilo que nós, há muito, nos acomodávamos e a banalidade de um pretensão “realismo”. Elas rompem o cânon das estruturas de plausibilidade vigentes e têm traços verdadeiramente subversivos. Tais memórias são como visitas perigosas e imprevisíveis do passado. São memórias com as quais a gente tem que contar, memórias por assim dizer, com conteúdo futuro (METZ, 1980, p. 125-126).

Por conseguinte, adota-se que os formatos de organizar e representar o conhecimento/informação provocam elementos simbólicos, nos quais a finalidade seja a representação da memória, aludindo à mediação dos sentidos e confirmada à medida que os

sujeitos partilham de uma compilação de significados. A memória, ao estabelecer sentido, provoca no indivíduo a recriação do momento, por meio do fenômeno da representação.

Magro (1999, p. 169) conceitua o entendimento de representação como:

Um desses recursos explicativos que têm integrado as reflexões dos fenômenos humanos, especialmente os fraseáveis em termos cognitivos – e esses vão desde os fenômenos evolutivos, genéticos, imunológicos e neurológicos, até os psicológicos, cognitivos e linguísticos.

Seguindo esse âmbito, na ocasião da representação da memória, retomamos o pensamento de exomemória de García Gutiérrez (2003), que estabelece diferentes modelos de registrar o conhecimento, como por exemplo, os livros, as fotografias, as gravuras, os quadros, as esculturas, etc. Acerca dessa discussão, é significativa a opinião do autor sobre conhecimento e memória, pois ele refere-se tanto ao conhecimento quanto à memória como sentidos semelhantes. Como alega García Gutiérrez (2003), não é possível ter memória ou conhecimento sem informação.

### **3 ARQUIVO: REPOSITÓRIO DA MEMÓRIA**

O conceito de arquivo foi utilizado primordialmente pelos gregos, originário de *archeion*, e indica governante do palácio, general administrador, escritório de documentos, documento original, autoridade (ROUSSEAU; COUTURE, 1998). A palavra *arch*, de onde a palavra provém, tem definição mais ampla, comando, força e autoridade (ARQUIVO..., 2005). Assim, arquivo é um termo que alude a atividades administrativas, que regem as relações entre governos e pessoas. Define-se, portanto, documentos arquivísticos como aqueles que informam sobre atividades administrativas, exercício do poder, reconhecimento de direitos, registro da memória e utilização futura com valor de prova.

O documento arquivístico está escrito em um suporte que registra as mensagens de fatos ou acontecimentos (institucionais ou organizacionais), para uso posterior. O termo mensagem, no Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 245) é determinado como “[...] a quantidade arbitrária de informação, cujo princípio e o fim estão definidos ou implícitos [...]”; ou “[...]sequência finita de letras, dígitos, símbolos e palavras que representam a informação e servem para transmiti-la”. Quando essas mensagens registram informação de natureza orgânica e institucional, dão origem ao documento arquivístico. Os documentos de arquivo têm características que os diferenciam dos outros documentos. Os elementos conceituais que determinam essas especificidades –

em relação aos demais – são: proveniência, autenticidade, integridade, unicidade, imparcialidade, inter-relacionamento. Para ampliar-se o conhecimento sobre arquivo, Assmann (2011, p. 367) conceitua:

A palavra ‘arquivo’ vem do grego arché, que, além de indício, ‘origem’ e ‘autoridade’, significa ‘repartição pública’ e escritório público’. Derrida ressaltou a ambigüidade irreduzível da palavra arché quando indicou a ligação entre *commencent* e *commanment* (‘início’ e ‘ordem’, respectivamente). Além disso, sua definição de arquivo compreende os componentes de significado ‘substrato’ e ‘residência’, bem como a instituição de guardiões que protegem a lei, trazem a lembrança e interpretam-na. O arquivo está ligado desde o seu princípio com a escrita, a burocracia, a administração e os atos administrativos. O que condiciona a existência de um arquivo são sistemas de registro que agem como meios de armazenamento externos, e o mais importante deles é a técnica da escrita, que removeu a memória de dentro do ser humano e a tornou fixa e independente dos portadores vivos (ASSMANN, 2011, p. 367).

Arquivo é uma designação genérica de um conjunto de documentos produzidos e recebidos por uma pessoa física ou jurídica, pública ou privada, caracterizado pela natureza orgânica de sua acumulação e conservado por essas pessoas ou por seus sucessores, para fins de prova ou informação. De acordo com a natureza do suporte, o arquivo terá a qualificação respectiva, como, por exemplo: arquivo audiovisual, fotográfico, iconográfico de microformas, informático. O prédio ou uma de suas partes, onde são guardados os conjuntos arquivísticos. Unidade administrativa cuja função é reunir, ordenar, guardar e dispor para o uso conjuntos de documentos, segundo os princípios e técnicas arquivísticas. Móvel destinado à guarda de documentos.

A memória é um elemento primordial no funcionamento das instituições. É através da memória que as instituições se reproduzem no seio da sociedade, retendo apenas as informações que interessam ao seu funcionamento (THIESEN, 1997, p. 145).

O arquivo é o local de trabalho do arquivista, ele pode ser físico ou analógico, cabe ao arquivista organizar e fazer uma boa gestão dessa documentação. Muitos acham que arquivo é só o local físico, onde se guarda a documentação, mas Paes (2007) esclarece que arquivo é um conjunto de documentos produzidos e recebidos por uma pessoa física e jurídica, pública ou privada, então a palavra arquivo é muito ampla.

No tocante aos arquivos institucionais, estes se traduzem como conjuntos de documentos produzidos e recebidos no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, em decorrência de suas funções

administrativas, legislativas e judiciárias. Os documentos públicos são identificados como: correntes, intermediários e permanentes.

Nos arquivos, ficam guardados os documentos que podem ser definidos como “[...] unidade de registro de informação inserida em qualquer tipo de suporte” (SCHELLEMBERG 2006, p. 41). Não obstante, esta unidade de registro contextualizada na Arquivologia é denominada documento de arquivo e Schellenberg (2006, p.41) define como aquele que é “[...] produzido ou acumulado na consecução de um determinado objetivo”. Na concepção de Rocha et al. (2004, p. 3), documento de arquivo é

A informação registrada, independente da forma ou do suporte, produzida ou recebida no decorrer das atividades de uma instituição ou pessoa, dotada de organicidade, que possui elementos constitutivos suficientes para servir de prova dessas atividades.

Como preceitua Burke (2003, p. 127), “À medida que aumentavam de volume, os registros passaram a precisar de repositórios especiais, os arquivos, com guardiões especiais”. É necessário compreender que a informação deve ser guardada de forma orgânica, respeitando a ordem original dos documentos/artefatos, para se conservar a identidade e autenticidade dos fatos que ali estarão registrados. O arquivo não pode ser confundido ou utilizado como depósito, ele tem sua forma peculiar de organização da informação, nele depositada, armazenada e conservada. As informações custodiadas pelos arquivos são instrumentos para interpretação ou reinterpretação de acontecimentos que servem de referência para o confronto entre o pensamento vigente e o pensamento do passado.

#### **4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O universo da pesquisa pretendido é constituído pelo arquivo da direção do CCS/UFPB, no recorte de tempo nos anos de 1976-2000. Investigou-se a memória institucional deste arquivo, ocorrida nesta Unidade e, assim, apresentam-se os procedimentos metodológicos desenvolvidos na investigação e a coleta de dados no CCS. O pressuposto da pesquisa é caracterizado como qualitativo, que segundo Godoy (1995, p. 62), os estudos denominados qualitativos

[...] têm como preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural. Nessa abordagem valoriza-se o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo estudada.

Para Godoy (1995), as pesquisas qualitativas envolvem a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada. Utilizaram-se as ferramentas metodológicas da pesquisa qualitativa para atingir o objetivo proposto, por meio das evidências contidas em documentos arquivísticos. Nesse sentido, Melo (1999, p. 70) afirma que:

[...] o exercício de aprender um real, cujo exterior aparece muitas vezes concreto e material e aparentemente podemos obter uma fotografia dessa realidade, congelando o momento da mesma forma como ocorre nas ciências da natureza. [...] O universo da pesquisa constitui um aprendizado, uma descoberta de movimento e dinamismo, quebrando quaisquer generalizações abusivas que muitas vezes podem ser aplicadas.

Como diz o autor, durante a pesquisa, realizou-se o recolhimento dos fragmentos do real, exercitando-se a capacidade de ler, nesses objetos, seus sinais significativos, seus indícios, apreciando os pormenores, captando sua complexidade, ou, como explana Ginzburg (1989, p. 152), “[...] a partir dos dados aparentemente negligenciáveis [...] pistas talvez infinitesimais, permitem remontar uma realidade mais profunda, de outra forma intangível”.

Nesse sentido, as observações não ficaram restritas às características essenciais ao objeto, almejando-se examinar e ressaltar os detalhes secundários que passam despercebidos e, portanto, são pouco notados. Essas observações, que poderiam passar sem serem vistas, foram essenciais no fornecimento de considerações e pistas que subsidiaram o parcial entendimento do objeto estudado.

A pesquisa é um exercício complexo, ela exige a leitura, o pensar e o refletir. Para a reconstrução do espaço observado, a escolha metodológica ficou inserida nas perspectivas teóricas, o conjunto de técnicas que viabilizam a compreensão da realidade estudada. Fundamenta-se, assim, no pensamento de Silva et al. (2009, p. 4557) quando afirmam que na pesquisa documental

Destaca-se aqui a relevância dos documentos de linguagem verbal e escrita, pois estes constituem os principais tipos de documentos na área da pesquisa educacional. Reafirma-se que seja qual for o tipo de documento estudado a atividade investigativa não poderá ser vista como simples descrição do documento [...].

Avaliando as diversas características do fenômeno de estudo, bem como as necessidades de coletar informações sob diversos aspectos, o estudo fundamentou-se na pesquisa documental, “[...] o trabalho do pesquisador (a) requer uma análise mais cuidadosa,

visto que os documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico” (OLIVEIRA, 2007, p. 70).

## **5 MEMÓRIA INSTITUCIONAL NOS DOCUMENTOS DO CCS DA UFPB (entre 1976–2000)**

Fornecendo uma visão geral, da memória institucional nos documentos que foram analisados e estudados, de maneira sucinta, por meio da obtenção das seguintes informações: localização do repositório; identificação de nomes de setores e dos tipos documentais; formas de acondicionamento, estatísticas de consultas e de empréstimo; o estado de conservação, os processos adotados para conservação.

Como o objeto de estudo escolhido foi o Centro de Ciências da Saúde, que faz parte da Instituição Federal de Ensino Superior, a Universidade Federal da Paraíba, os estudos de Thiesen (2013, p. 280) funcionam como âncora para falar de memória institucional:

É preciso centrar foco sobre as funções das forças, que são formalizadas, e que dizem respeito ao campo institucional. Tais questões estariam mais próximas do quando, porque e como, numa determinada época, foi possível criar instituições com a finalidade de vigiar, punir, tratar, curar, corrigir, educar, governar, policiar, etc. As instituições são integradoras e formalizadoras de práticas e comportamentos, com a função inicial de fixar enunciados para, em seguida, reproduzi-los.

Todas essas informações, de mãos dadas com a observação diária, fizeram com que fosse exercitado, também, o ver e o testemunhar nos espaços que são reservados à memória institucional, trazendo um diário de campo mais rico e com mais detalhes; essa riqueza de dados promoveu uma construção do possível, da quase totalidade do objeto estudado, dando indicativos que montaram uma corrente significativa da qual foi selecionada uma parte do todo que compõe o quadro geral deste trabalho.

Extraíndo fragmentos do real, nos norteamos ao espaço da análise, ao espaço da interpretação do observado procurando apresentar não apenas o palpável, mas também o subjetivo no documento. Fizemos a opção por analisar da realidade exposta na memória presente nos artefatos. Por esses motivos, o processo de escrita deste trabalho apresenta dois momentos: o primeiro ato, foram a escrita e a observação, e o segundo a subjetividade.

Investigando as informações Atas de sessões ordinárias e extraordinárias e Resoluções presentes na documentação permanente no arquivo da direção do CCS/UFPB, foi possível reconstruir o momento de constituição do Centro de Ciências da Saúde. Esse momento tão

significativo da memória institucional da Universidade Federal da Paraíba é descrito, tal como segue.

O Centro de Ciências da Saúde da UFPB foi criado através do Decreto nº 73.701, do Presidente Emílio G. Médice, em 28 de fevereiro de 1974, quando Jarbas Passarinho era ministro da Educação. A comunidade acadêmica não teve participação na elaboração do referido documento. O mencionado centro foi inicialmente composto pelas faculdades de Medicina, Odontologia, Farmácia e Enfermagem (ATA da reunião secreta da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Paraíba, ano 1974).

Pode-se conceber a memória como uma construção plural, fluída e dinâmica sobre o passado, suscetível à influência de diversos elementos, internos e externos ao indivíduo e/ou a grupos de indivíduos que recordam ou dela se utilizam (NORA, 1993). Para o autor,

[...] a memória emerge de um grupo que ela une; o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quanto grupos existem, que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada (NORA, 1993, p. 19).

É nesse sentido que procuramos refletir sobre a constituição e a preservação de uma memória institucional, consultando Atas e Resoluções presentes na documentação permanente no arquivo da direção do CCS/UFPB, tomando-a como um discurso elaborado sobre o passado.

Além dos registros de atas, as quais são descritas como as principais fontes para o conhecimento de suas atividades, identificou-se a ênfase em certas personalidades e os seus feitos. Por meio da leitura da ATA da reunião secreta da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Paraíba, ano 1974, foi possível saber que o Curso de Medicina tinha algumas disciplinas que funcionavam nas dependências da Faculdade ao lado do Cemitério Boa Sentença e nos Hospitais Santa Isabel, Cândida Vargas e Napoleão Laureano. Enquanto outras disciplinas e a administração da Faculdade desempenhava seu funcionamento na Rua Alberto de Brito, onde funcionava antigamente o PAM de Jaguaribe.

O primeiro Diretor do CCS foi o professor Antônio Dias dos Santos, que exerceu o cargo em regime Pró-têmpore, nomeado pelo ministro da Educação, e, antes da reforma cêntrica, desempenhou a direção da Faculdade de Medicina. Os primeiros departamentos transferidos para o Campus Universitário foram os Departamentos de Morfologia, Fisiologia e Patologia (ATA da reunião secreta da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Paraíba, ano 1974).

Ainda foi possível extrair, durante a pesquisa, que após a conclusão da primeira fase do Hospital universitário e seu ambulatório, instalaram-se lá de forma provisória a direção do CCS e o Departamento de Promoção da Saúde. Nesse recorte temporal, o Professor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque exercia o cargo de Reitor (ATA da reunião secreta da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Paraíba, ano 1977).

A Ata de Reuniões Ordinárias (1975-1980) registra que, no ano de 1976, o Professor Orlado Alves Coelho assumiu a Direção do CCS e, ainda neste ano, também assumiu esta Direção o Professor João Cavalcanti de Albuquerque, os dois em regime Pró-têmpore. Neste mesmo ano, é nomeado pelo Ministério da Educação como diretor do CCS o professor Norberto de Castro Nogueira Filho, tornando-se o primeiro ex-aluno da Faculdade de Medicina da Paraíba, formado em 1968, a realizar essa função.

Identificou-se que, no mandato do Reitor Lynaldo Cavalcanti, o conselho universitário da UFPB, aceitando reivindicações dos professores da Faculdade de Medicina, e de parecer favorável, elaborado pelo Conselheiro Norberto de Castro Nogueira Filho, aprovou a incorporação do Curso de Medicina pela UFPB, com sede no Campus II em Campina Grande no Centro de Ciências Biológicas e da Saúde. Encontra-se registrada uma estratégia para buscar uma integração da UFPB com a comunidade, que resultou na implantação do Estágio Rural Integrado (ERI), que se tornou obrigatório para todos os cursos da área de saúde, reunindo alunos concluintes de diversos cursos, em equipes multiprofissionais que eram deslocadas para as diversas regiões da Paraíba.

Pensar a memória de uma instituição é, portanto, refletir sobre os elementos que, por integrá-la, guardam significados de ordens diversas para um grupo como fatores de sua identificação. Desse modo, mais uma medida importante aconteceu, foi a criação da Residência Médica, como forma de especialização na UFPB, com bolsas de estudos fornecidas pelo Ministério da Educação, nas especialidades de Pediatria, Clínica Médica, Cirurgia, Tocoginecologia e Neurologia. Nesta época, o Hospital Universitário Lauro Wanderley, ainda não havia sido inaugurado, então foram realizados convênios entre a UFPB e os hospitais existentes na cidade de João Pessoa–PB como o Hospital samaritano, AMIP, Santa Isabel, Cândida Vargas, São Vicente de Paula, Napoleão Laureano, Clementino Fraga e Pronto Socorro Municipal.

Posteriormente, foi inaugurado o Hospital Universitário Lauro Wanderley e essas residências foram incorporadas ao Campus Universitário, assumindo um plano de capacitação

docente e encaminhando professores para capacitação *Strictu Sensu* (Mestrado e Doutorado), nos centros universitários do Brasil e do exterior.

Em 15 de novembro de 1980, o Professor Adahylson da Costa Silva tomou posse da Direção do CCS, a escolha foi feita por lista sêxtupla elaborada pelo Conselho de Centro do CCS e encaminhada pelo Reitor Berilo Ramos Borba ao Ministério da Educação. No ano de 1985, a UFPB, acompanhado o processo de Redemocratização do país, realizou a primeira consulta para Reitor, encaminhando lista sêxtupla ao Ministério da Educação, escolhendo-se o Professor José Jackson Carneiro de Carvalho, que se comprometeu em estender o processo democrático de escolhas aos diretores de centro, como assim aconteceu.

Em julho de 1986, o Professor Norberto de Castro Nogueira Filho assumiu o cargo de Diretor do CCS pela segunda vez, mas não chegou a completar o mandato de 4 anos, por ter assumido a função de Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa da UFPB, no mandato do Reitor Antônio de Souza Sobrinho. Em 1989, para completar o mandato da direção do CCS, assumiu a função o Professor Jackson Dantas Maia, que passou em seguida para o Professor João Batista Silva.

No reitorado do professor Neroaldo Pontes, o Professor Gessé de Gomes Meira assumiu a Direção do CCS. Já na gestão do Reitor Jader Nunes de Oliveira, quem exerceu o cargo de Diretora do CCS foi a Professora Zoraide Margaret Bezerra, sendo importante destacar que ela foi a primeira mulher a assumir a direção desta unidade.

No período de 1990-2000, foram implantados os seguintes cursos de Pós-Graduação no Centro de Ciências da Saúde da UFPB: 1990 – Mestrado em Odontologia; 1991 – Mestrado em Nutrição e Alimentação; 1996 – Mestrado em Desenvolvimento Humano; 1998 – Doutorado em Produtos Naturais e Sintéticos Bioativos; 1999 – Mestrado Interinstitucional em Educação Física; 1999 – Doutorado em Ciências da Saúde; e 2000 – Doutorado em Odontologia. Aqui, encerra-se todo conteúdo capturado durante a pesquisa.

No decorrer da leitura e análise dos documentos, percebeu-se que os discursos neles contidos emanam certa preocupação em relação à preservação e a difusão dessa memória institucional. Tais discursos, carregados de história e memória integram um processo de registro do passado, realizado mediante a seleção de elementos que, no entendimento das autoras deste trabalho, devem compor a história do arquivo da direção do CCS/UFPB.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desse estudo, foi possível fazer o mapeamento do arquivo (Atas e Resoluções) presentes na documentação permanente no arquivo da direção do CCS/UFPB. Paralelamente às observações e anotações no diário de campo, atentou-se para muitas informações importantes e necessárias para a elaboração deste trabalho, tais como relatos de experiências diárias, no tocante às atividades-meio e fins da unidade estudada. São questões relativas à memória institucional, sobre a qual foi possível refletir, considerando seu potencial como fonte histórica.

Essas informações ajudaram no entendimento de todo o espaço da situação documental do Centro de Ciências da Saúde, da Universidade Federal da Paraíba, a produção resultante das atividades administrativas, mas principalmente do arquivo como lugar de memória. Evidenciaram-se os documentos únicos, particulares e institucionais, pois cada experiência vivida no cotidiano deste local provoca impressões e formações de ideias e sentidos.

Enquanto repositório documental de memória, o arquivo institucional jamais teve e nem terá atitude passiva e neutra diante dos ofícios e produtos de informação. Isso significa dizer que, em qualquer instância, ao emitir ou receber documentos, as informações presentes no arquivo institucional estabelecem uma relação atuante, criadora, que constrói os significados das informações que nomeia.

A memória encontrada no arquivo institucional do CCS/UFPB reflete a importância de atender a um vazio informacional (lacuna), por meio da recuperação de uma memória presente nos suportes da informação neste local debruçada. O ambiente arquivístico mantém toda a memória documental da vida funcional dos servidores da instituição, como também é o espelho de toda história de gestões administrativas que perpassam nesta unidade, o Centro de Ciências da Saúde, produzindo, a cada quatro anos, as tipologias documentais, referentes ao período ativo de desenvolvimento de suas atividades.

Destaca-se neste trabalho como tudo começou e se desenvolveu, não só no tocante à parte da gestão da instituição, mas também às posições políticas que vivia o Brasil e refletia nesta unidade, que teve e tem um compromisso com a comunidade acadêmica e com a sociedade. Também, ficou visível a sensibilização que é capaz de transformar estruturas de imagem em um estímulo que altera a estrutura cognitiva do receptor por meio de suas

representações e linguagens, que outrora era o presente vivo e hoje é apenas uma recordação ou configuração de um momento que deixou registros pela sua importante significação.

## REFERÊNCIAS

- ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2005. (Publicações Técnicas - NA, n. 51) Disponível em: <http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf> Acesso em: 5 ago. 2018.
- ASSMANN, Aleida. Terceira parte: armazenadores. In: \_\_\_\_\_. **Espaços de recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Unicamp, 2011. p. 367-455.
- BENJAMIN, Walter. **Rua de mão única**. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras Escolhidas, volume II).
- BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento: de Gutemberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr., 2007. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/54/47> Acesso em: 5 ago. 2018.
- CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Brique de Lemos, 2008.
- GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. Exomemoria y cultura de frontera: hacia una ética transcultural de la mediación. **Revista de Estudios para el Desarrollo Social de la Comunicación**, n. 1, p. 29-37, 2003. Disponível em: <http://revista-redes.hospedagemdesites.ws/index.php/revista-redes/article/view/4/5> Acesso em: 5 ago. 2018.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: \_\_\_\_\_. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia da Letras, 1989. Disponível em: <https://fredericomb.files.wordpress.com/2016/04/ginzburg-mitos-emblemas-sinais1.pdf> Acesso em: 5 ago. 2018.
- GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr., 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf> Acesso em: 5 ago. 2018.
- LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. 2 ed. Brasília: Brique de Lemos, 2004.

MAGRO, Cristina. Representação, Virtus Dormitiva e linguagem. In: MENDES, Eliana Amarante de Mendonça; OLIVEIRA. Paulo Motta; BENN-IBLER, Veronika. (Orgs.).

**Revisitações:** edição comemorativa dos 30 anos da Faculdade de Letras/UFMG. Belo Horizonte: Editora FALE/UFMG. 1999. p. 29-44. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/site/e-livros/Revisita%C3%A7%C3%B5es%20-%20Edi%C3%A7%C3%A3o%20comemorativa%20de%2030%20anos.pdf> Acesso em: 5 ago. 2018.

MELO, Josemar Henrique. **Política do Silêncio:** o sistema de arquivo do Estado de Pernambuco. Informação e Sociedade: estudos, v. 9, n. 2, p. 1-6, 1999. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/389/310> Acesso em: 5 ago. 2018.

METZ, Johann Baptist. **Fé em História e Sociedade:** estudos para uma teologia fundamental prática. São Paulo: Paulinas, 1980.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez., 1993. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763> Acesso em: 8 jul. 2018.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Petrópolis, Vozes, 2007.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo:** teoria e prática. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

ROCHA, Claudia Lacombe et al. **Gestão arquivística de documentos eletrônicos.** Rio de Janeiro, 2004.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **A informação:** da compreensão do fenômeno e construção do objeto científico. Porto: Afrontamento, 2006.

SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos:** princípios e técnicas. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SILVA, Lidiane Rodrigues Campêlo da; et al. Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente. IX CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 9., III ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA, 3., 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba: PUCPR, 2009. Disponível em: [http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/3124\\_1712.pdf](http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/3124_1712.pdf) Acesso em: 5 ago. 2018.

THIESEN, Icléia. **Memória institucional.** João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

\_\_\_\_\_. **Memória institucional:** a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica. 1997. 169f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)–Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/686/1/icleiacosta1997.pdf> Acesso em: 5 ago. 2018.